

Relatório: PROJETO DE EDUCAÇÃO COM KULINA DO ALTO PURUS

Elaborado por: Rosa Maria Monteiro (OPAN)
Letícia Nogueira das Santes (OPAN)

Apresentado no Encontro de Educação Indígena em
São Lourenço de Fatima, (MT), fevereiro de 1982.

HISTÓRICO:

A população Kulina do alto rio Purus estima-se mais ou menos em 350 indivíduos divididos em 3 aldeias.

De modo geral, os Kulina mantêm relativa independência da sociedade nacional: cultivam seus roçados, caçam, pescam e mantêm vivos seus rituais de cura e suas danças. Dependem de alguns insumos, como o sal, munição, roupa, querosene, faca, panela, machado e enxada, que são comprados após a venda da borracha em Sena Madureira.

Esse comércio se dá através de uma cooperativa, criada em 1980. A cooperativa resolveu, em boa parte, a problemática do marreteiro, porém não é raro aparecer algum vendendo cachaça aos índios, o que constitui um desastre para organização social desse povo.

Quanto à saúde, têm-se o cuidado de não introduzir indiscriminadamente remédios alopáticos, salvo casos mais graves. O povo Kulina tem suas práticas de cura e conhecem, como a grande maioria dos povos indígenas, os poderes curativos de plantas e ervas. Exatamente por isso, procura-se respeitar e incentivar o uso da medicina natural.

Sua terra, delimitada em 1976, sofreu redelimitação em 1978 respeitando a proposta dos índios, que exigiram uma área contínua, incluindo nela a parte correspondente aos Kaxinawa. Foram fixados piques nas zonas de maiores conflitos e atualmente aguarda-se a demarcação.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO:

Em 1976, foi solicitado à OPAN que enviasse elementos para iniciar um levantamento das populações indígenas da prelazia Acre/Purus, com a perspectiva de um trabalho mais efetivo junto a esses povos.

Deve-se considerar o trabalho realizado ao longo dos anos por Pe. Pauline, que construiu escolas nos seringais e mantinha professores pagos pela paróquia.

Os índios exigiram a construção de escolas nas aldeias de Santo Amaro e Maronawa, alegando que também eles necessitavam de um ensino.

O trabalho com educação em Santo Amaro, inicialmente contou com a presença de um casal, contratados por Pe. Pauline, que desenvolvera um método de alfabetização baseado nas cartilhas do Summer, em língua materna, e que durou 9 meses. Dessa experiência resultou a alfabetização de 10 rapazes Kulina. A alfabetização foi bilíngue.

Após o afastamento do casal, Paulo, também contratado por Pe. Pauline, assumiu a escola sem a mínima preparação e sem nenhum método. Essa atuação foi desastrosa: houve distorção da grafia Kulina e quase nenhuma aprendizagem. Com a saída de Paulo, após 1 ano, o índio Mía continuou a atuação tentando reproduzir a pseudo-didática usada pelo professor.

Atualmente Mía continua na escola, como professor contratado pela SUDEVEA, que não exerce o menor controle nas escolas indígenas.

Em 1976, Rosa se fixa na aldeia e inicia um trabalho de dinamização da escola, além de uma constante tentativa de preparação desse monitor, porém sem assumir diretamente a escola.

A escola de Maronawa passou por experiências diversas que nunca chegaram a um resultado plenamente satisfatório. Em 1976, Marta e Gervang iniciaram um trabalho de alfabetização bilíngue, sem um estudo prévio e tão pouco sem previsão de continuidade.

Esse trabalho foi interrompido pela expulsão de Marta e Giovanni feita pela FUNAI. Após a expulsão, a escola ficou parada até que em 77 chega Teresa, que assume a escola. A experiência de Teresa foi um tanto conflituosa. Ela permaneceu 4 anos na aldeia sem que pudesse levar um trabalho avaliativo. Nessa época, Teresa repartia o trabalho de alfabetização com um professor índio, e que gerava uma série de conflitos. Adaptando uma cartilha de Sumner, Teresa tentou desenvolver um novo método de alfabetização que acabou por se frustrar. A maior parte do tempo, deteve-se no ensino da matemática, passando por diversos métodos sem chegar a um, definitivamente satisfatório. Desses quatro anos, pouca coisa ficou de concreto: alguns rasquinhos numa cartilha de Sumner e uma vaga noção de matemática em uns poucos índios.

Roberto e Lori chegaram na aldeia em 1980. Inicialmente apenas observavam a atuação de índio-professor (alfabetizado na missão do S.I.L. no Peru), mas por insistência dos próprios índios acabaram por assumir a escola em maio de 81. Começaram com a alfabetização na língua Kulina. Lori trabalhou com as mulheres e Roberto com os homens. Já nesse ano foi elaborada uma cartilha com textos e desenhos dos índios, principalmente os de Santo Amaro. As aulas, em geral, duram 1 hora e mais e não visam nenhuma rigidez de frequência. Vai a aula quem quer.

QUESTIONAMENTOS E PERSPECTIVAS:

Antes de qualquer planejamento mais específico, Rosa vê a necessidade de uma preparação profunda da equipe. Isto se daria através de um estudo prévio feito pelos integrantes da equipe alto-Purus mais a equipe do alto-Envira, mais os professores índios. Esse estudo visaria uma definição de metodologia e a elaboração de um material mais genérico, a nível de nação Kulina. A relação entre os grupos indígenas do Purus e os do Envira pode ser enriquecida pela troca de material, visto as diferenças de contato. A preocupação de Rosa, entretanto, é a formação de monitores capazes de dar continuidade ao trabalho, sem a dependência de um elemento branco. Já que se tem em vista a autonomia do grupo, faz-se necessário uma preparação mais objetiva desses professores índios, dando-lhes condições e meios para uma auto-crítica juntamente com seu povo.

No caso de Rosa, existe a extrapolação da escola, por toda uma atuação politizadora. A dimensão global da educação funciona, e que não funciona é a alfabetização, a escola como instrumento restrito no objetivo geral de conscientização, que norteia o trabalho com os índios.

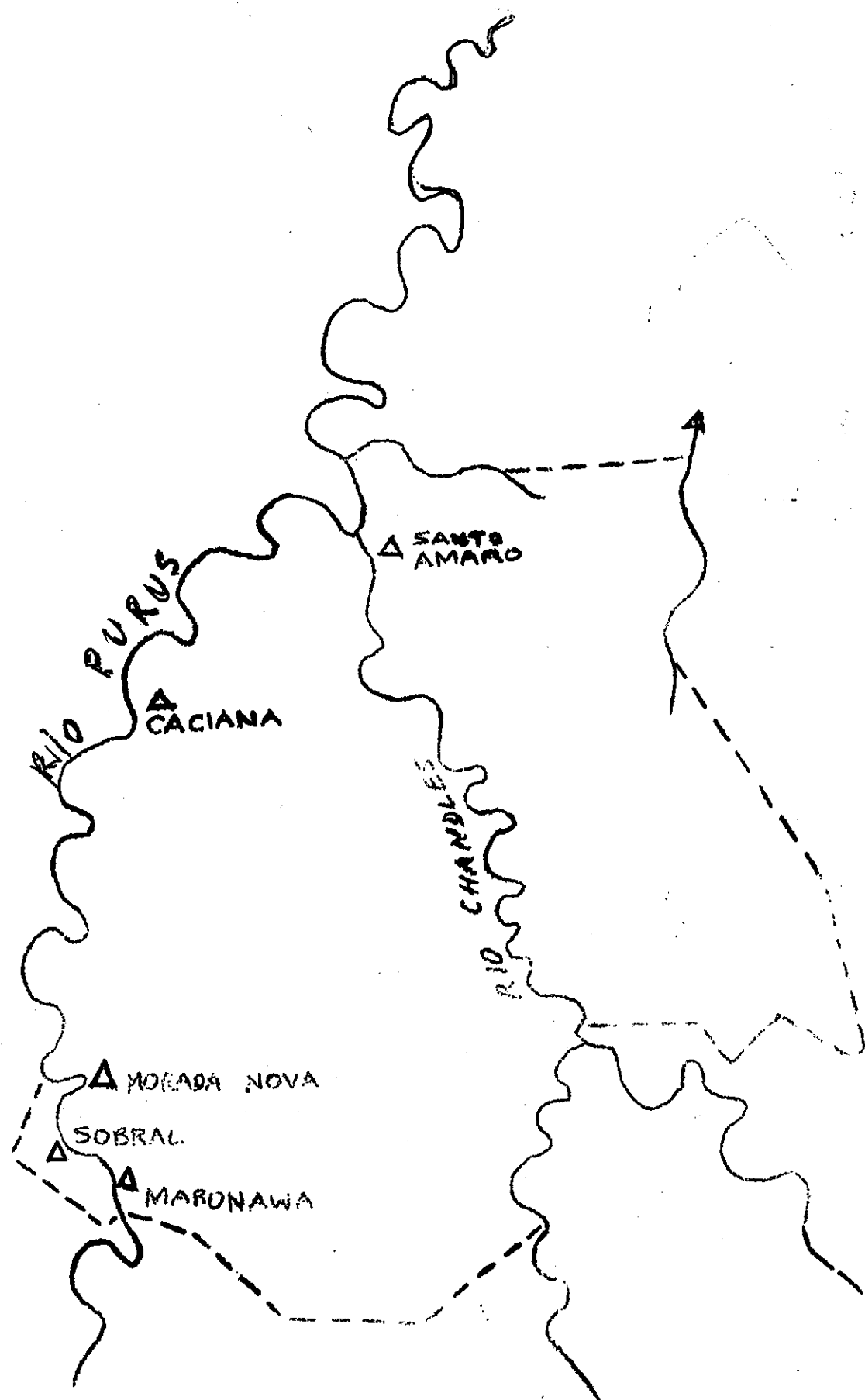
Analisando criticamente, surgem impasses e questões, como por exemplo:

- Como passar para o índio um instrumento de politização, sem instrumentalizá-lo?
- Como não "fabricar" monitores à semelhança dos professores brancos?
- Como introduzir uma educação, que por si só interfere, sem bloquear a criatividade?
- Como garantir a continuidade de ação dos agentes educacionais?
- Como resolver o problema gerado pela remuneração dos professores indígenas?

Algumas dessas questões não obtiveram respostas satisfatórias, outras, respondidas vagamente, levaram em conta a lentidão do processo de preparação dos monitores.

O inevitável risco de imitação e a consciência de que, no início de qualquer trabalho, todos sofrem influências que se podem ser minimizadas pelo tempo.

Quanto a questão da instrumentalização do professor indígena, se cre que um acompanhamento inicial, mais humano, possa levá-lo a uma progressiva autonomia, adquirindo ele com o tempo sua própria postura ideológica.



ÁREA INDÍGENA KULINA/KAXINAWA
ALTO PURUS